

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 166, DE 2009

Sugere a realização de audiência pública para discutir o tema: 'desjudicialização', uma alternativa.

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

Relator: Deputado ROBERTO BRITO

I – RELATÓRIO

A iniciativa do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL tem por objetivo sugerir a realização de audiência pública para discutir o seguinte tema: 'desjudicialização', uma alternativa.

Para tanto, a entidade apresenta uma lista de entidades e autoridades que devem participar da referida audiência pública.

Argumenta-se , na justificção, que “mais da metade dos processos judiciais poderiam ser resolvidos por vias extrajudiciais”

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR



74F940B150

Conforme determina o art. 254 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 21, de 2001, cumpre que esta Comissão de Legislação Participativa aprecie e se pronuncie acerca da Sugestão em epígrafe.

Preliminarmente, constata-se que a sugestão foi devidamente apresentada no que diz respeito aos aspectos formais, tendo sua regularidade sido atestada pelo Secretário desta Comissão, nos termos do art. 2º do Regulamento Interno e do “Cadastro da Entidade” constante dos autos.

O tema encontra-se compreendido na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (artigos 22, I e 61 da Constituição Federal).

Em verdade, a desjudicialização é o processo de transferência para entidades extrajudiciais de algumas decisões cuja competência é do Poder Judiciário. Tal medida tem por fim simplificar processos e agilizar ações que não envolvam litígio. Além do benefício direto para as pessoas que enfrentam demorados processos judiciais, isso contribui para reduzir a crescente pressão sobre os tribunais. Alguns passos já foram dados nessa direção, como no caso de divórcios, inventários e retificação de áreas de imóveis.

Assim, é de bom alvitre que esta Casa discuta o papel do Poder Legislativo no processo de desjudicialização das relações privadas.

Portanto, diante do exposto, somos pela aprovação da Sugestão de nº 166, de 2009, apresentando, em anexo, o respectivo requerimento, dos quais constam os nomes sugeridos pelo CONDESESUL.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado ROBERTO BRITO
Relator



74F940B150

ArquivoTempV.doc

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO (Do Sr. Roberto Brito)

Requer a realização de audiência pública para discutir o seguinte tema: 'desjudicialização', uma alternativa.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para discutir o tema em epígrafe, com a participação dos seguintes debatedores :

- 1) *Deputado Paes Landim;*
- 2) *Deputado José Eduardo Cardozo;*
- 3) *Deputado José Carlos Aleluia;*
- 4) *Senador Demóstenes Torres;*
- 5) *Maria Tereza Sadek – Pesquisadora;*
- 6) *Representante da Secretaria de Reforma do Judiciário;*
- 7) *Conselheiro Joaquim Falcão – CNJ*
- 8) *Representante da OAB;*
- 9) *Representante da CONAMP;*
- 10) *Representante da AMESCO – Arbitragem e mediação;*
- 11) *Representante da ANOREG - notários;*



74F940B150

12) Eber Zoehler Santa Helena, Consultor Legislativo da Câmara;

13) Representante da Associação de juízes de paz.

Vale lembrar que o assunto da reunião é de interesse público relevante e pertence à área de atuação desta Comissão.

Nestes termos,

Pede-se o deferimento.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado ROBERTO BRITO



ArquivoTempV.doc



74F940B150